

O TERRITÓRIO GAÚCHO NO PARANÁ: EXPRESSÃO DE CULTURA E PODER NOS CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS

Tatiana Colasante¹

Resumo: A nossa proposta visa, inicialmente, demonstrar a função social dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), discutindo os fatores que contribuíram para sua criação e propagação por todo o território brasileiro e em alguns países, como Estados Unidos, Japão, França e Paraguai. Abordamos também o tradicionalismo gaúcho e as peculiaridades na constituição da sua identidade territorial, que vai além do estado do Rio Grande do Sul. Em outro momento, buscamos analisar de que forma ocorre a estruturação interna desses espaços, enfatizando seu caráter de poder e cultura, ao mesmo tempo. Por fim, propomo-nos a fazer algumas reflexões sobre a presença dos CTGs no estado do Paraná, com destaque para a região norte, devido à necessidade de se ampliar a discussão sobre a dinâmica da rede gaúcha paranaense.

Palavras-chave: Gaúchos; Cultura; Território.

THE GAUCHO TERRITORY IN PARANA: EXPRESSION OF CULTURE AND POWER IN CENTERS OF GAUCHO TRADITION

Abstract: Our proposal aims initially to demonstrate the social function of Centers of Gaucho Tradition (CTGs), discussing the factors that contributed to its creation and spread throughout the Brazilian territory and in some countries like the United States, Japan, France and Paraguay. We also analyze the gaucho traditionalism and the peculiarities in the constitution of its territorial identity that goes beyond the state of Rio Grande do Sul. After that, we analyze how is the internal structure of these spaces, emphasizing its character of power and culture, at the same time. Finally, we propose to make some reflections on the presence of CTGs in the state of Parana, emphasizing the northern, due to the need to broaden the discussion on the dynamics of the gaucho network.

Keywords: Gauchos; Culture; Territory.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). tatianacolasante@yahoo.com.br
Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 112-127, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

A relação entre identidade, cultura e território pode ser compreendida a partir de um movimento de diacronia e sincronia que se processa dentro de um espaço e tempo. Isso porque os acontecimentos da nossa vida cotidiana podem ocorrer em um tempo evolutivo – diacronia – e, ao mesmo tempo, com elementos que coexistem – sincronia. Dessa maneira, os grupos sociais utilizam o tempo e o espaço de forma diferenciada, pois se apropriam deste de acordo com o seu interesse em diferentes temporalidades. Nesse entendimento, inserimos a discussão da territorialidade, que vai surgir com base nesse movimento espaço-temporal, resultado de elementos objetivos e subjetivos que permeiam as relações sociais.

Esta delimitação territorial, que é baseada em comportamentos e ações, está condicionada a múltiplos aspectos, dentre eles: políticos, econômicos, culturais e também a aspectos naturais. Porém, enfatizamos que a territorialidade é, acima de tudo, uma estratégia com objetivo principal de controle e restrição, e que não se processa somente no âmbito das grandes corporações, mas no próprio cotidiano dos indivíduos. É assim que podemos analisar a formação e atuação dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), que são sociedades civis sem fins lucrativos, surgindo no Rio Grande do Sul a partir da década de 1940, com o objetivo de preservar as tradições gauchescas. Entretanto, com a presença de migrantes gaúchos por diversas regiões do Brasil, sentiu-se a necessidade de ampliar esse território gaúcho para além dos limites fronteiriços do Rio Grande do Sul. Dessa forma, observamos na atualidade uma rede gaúcha de tradições que está presente em praticamente todo o país e que também perpassa a escala nacional, já que os CTGs se territorializam em outros países, como Paraguai, Estados Unidos, Canadá, França, Portugal e Japão.

A cultura gaúcha, que é reverenciada nesses espaços de sociabilidade, não é vivenciada somente por indivíduos naturais do Rio Grande do Sul, mas por todos aqueles que possuem uma identificação com os elementos típicos como o consumo do chimarrão, as vestimentas, o churrasco, as danças típicas, dentre outros. Inclusive, cabe ressaltar que muitos CTGs não são fundados por gaúchos, mas por pessoas que se identificam com a cultura gaúcha e que acabam se organizando para disseminar os valores simbólicos dessa cultura. Com o tempo, acabam formalizando os CTGs, fornecendo assim novos elementos de análise para a rede gaúcha. A apropriação desses espaços, nos quais desenvolvemos nossas atividades cotidianas e nos relacionamos com a externalidade, mesmo que de maneira efêmera (como é o caso da cultura, que muda constantemente) resultam em *microterritorialidades*, que estão atreladas ao sentimento de pertencimento ou ao estabelecimento de vínculos, conferindo ao indivíduo a sua identidade territorial.

Embora sejam espaços de socialização nos quais são realizados vários eventos que têm a participação da comunidade em geral, os CTGs também refletem elementos de poder e dominação, características fundamentais na formação do território. Observamos na sua estrutura interna uma organização hierárquica na qual os elementos campeiros, que remetem à formação do Rio Grande do Sul e ao próprio gaúcho, fazem-se lembrar. Assim, as denominações dos departamentos dos CTGs, bem como seus responsáveis obedecem à nomenclatura em função da estrutura de uma fazenda gaúcha, tais como: Patrão, Capataz, Sota-Capataz, Agregado das Pilchas, Agregado das Falas, etc. Além desta organização particular,

o funcionamento dos CTGs é regido por documentos específicos que devem ser seguidos rigorosamente, especialmente em ocasiões com festividade quando se dita a forma das vestimentas e até alguns elementos de ética, visando regular o comportamento dos associados.

Utilizando estes pressupostos teóricos, nossa pesquisa tem como recorte espacial o território gaúcho no norte do Paraná, materializado a partir da significativa quantidade de CTGs existentes na região. Nesta perspectiva, nossa discussão envolve os elementos formadores do território, enaltecendo a relação entre cultura e poder estabelecidas dentro destes CTGs, demonstrando a existência de um poder simbólico que, ao mesmo tempo, une e fragmenta. Sabemos que, historicamente, os gaúchos que migraram para o Paraná, em sua maioria, reterritorializaram-se no sudoeste do estado, sobretudo, a partir da década de 1940, quando da criação da Colônia Agrícola General Osório onde hoje se encontra o Município de Francisco Beltrão. Entretanto, não podemos deixar de notar que no norte do Paraná, embora a presença de paulistas e mineiros seja destacada na sua formação territorial, os gaúchos também estão presentes neste território. Além disso, a cultura gaúcha se apresenta de forma tão marcante que acaba sendo disseminada e assimilada pelos norte-paranaenses de modo que muitos deles se sintam motivados a constituir um CTG.

Nesse sentido, propomo-nos a demonstrar a função social dos CTGs, bem como elencar alguns fatores que colaboraram para sua criação e propagação por diferentes territórios. Evidenciamos também o tradicionalismo gaúcho e as especificidades na constituição da sua identidade territorial, que se mostra tão coesa em tempos de globalização. Outro ponto a ser aprofundado e já mencionado brevemente é a estruturação interna destes espaços, que refletem simultaneamente elementos de poder e cultura. Por último, fazemos algumas reflexões acerca da existência dos CTGs no estado do Paraná, especialmente na região norte, devido à necessidade de se ampliar a discussão sobre a dinâmica da rede gaúcha paranaense.

Como aportes metodológicos, utilizamos os seguintes procedimentos: a) pesquisa bibliográfica sobre alguns temas centrais da nossa análise, como os conceitos de território, cultura, identidade e tradicionalismo gaúcho, a fim de colaborar com a discussão teórica; b) pesquisa documental, fundamental para discutir questões específicas dos CTGs do norte do Paraná, pois ainda não existem muitas publicações sobre o tema, o que demanda analisar informações de fontes primárias. Além disso, esta etapa foi necessária para analisar a estrutura organizacional dos CTGs, com o objetivo de destacar o teor político e cultural dessas instituições refletidas por intermédio de documentos específicos que constam obrigatoriamente no funcionamento destes espaços e; c) entrevistas realizadas junto a representantes dos CTGs em alguns municípios do norte paranaense para verificar o contexto de fundação destes CTGs, o seu funcionamento e a sua função nos dias de hoje e, com isso, apreender novos elementos que contribuem para a formação da rede gaúcha no Paraná e também com alguns migrantes gaúchos, a fim de compreender a identidade territorial gaúcha-paranaense.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Neste primeiro momento, vamos fazer alguns apontamentos para demonstrar qual a concepção de território que estamos usando para compreender os desdobramentos da nossa pesquisa sobre a formação de um território gaúcho no norte - paranaense. Por isso, quando pensamos em território enquanto um dos conceitos centrais para a Geografia, encontramos as discussões precursoras de Friedrich Ratzel, que realizou estudos fundamentais para a Geografia Humana, sobretudo com a publicação, em 1882, do seu livro *Antropogeografia*. Para o geógrafo, o território estaria relacionado a algo que deve ser apropriado e defendido pelo povo. Além disso, estaria vinculado à ideia de solo, enquanto base sólida da atividade política e da sujeição humana. Em Ratzel, a apropriação efetiva do território possibilita a construção de vínculos mais profundos com o território, refletidos, por exemplo, na constituição das identidades territoriais.

Com relação à origem da palavra *território*, Gottmann (2012) argumenta que provavelmente é latina, derivada da palavra *terra*. Assim como em Ratzel, novamente temos o território ligado intimamente aos aspectos físicos. Entretanto, a evolução do conceito do território na Geografia nos permite dizer que na atualidade, o conceito de território vai além desse embasamento inanimado e resulta em uma complexidade de elementos para sua apreensão.

Segundo Haesbaert (2004), a abordagem predominante nos estudos territoriais é a materialista, que engloba três vertentes. A primeira e mais utilizada pelos autores refere-se à dimensão jurídico-política, que abrange a concepção de território controlado pelo poder político do Estado. A segunda vertente é atrelada à perspectiva simbólico-cultural, na qual o território resulta da apropriação de um grupo em relação ao espaço vivido. A terceira vertente traz uma visão economicista do território, na qual este seria resultado da divisão territorial do trabalho, mediado pela relação capital-trabalho. Da mesma forma, Saquet (2003, 2005 e 2007) explica que o território deve ser compreendido a partir de uma perspectiva integradora, na qual os elementos econômicos, políticos, culturais e naturais devam ser analisados. Nesse sentido, as concepções contemporâneas sobre o conceito de território reforçam que ele possui elementos (i) materiais, o que demanda não somente uma leitura objetiva, mas também uma leitura psicológica a partir do território para que se consiga compreender a forma com que as pessoas se organizam e se deslocam sobre ele. Isso porque o território é moldado para e a partir dos grupos humanos, do seu cotidiano e ações enquanto atores sintagmáticos, como denomina Raffestin (1993), que vão transformando constantemente o território do qual se apropriam, constituindo, portanto, relações de territorialidade.

Para Haesbaert (2012, p. 129), alguns autores vêm trabalhando com a ideia de “fim dos territórios”, já que os “[...] processos dominantes de globalização teriam feito imperar o mundo desenraizado [...]”. Assim, os territórios estariam sendo destruídos, assim como as identidades territoriais, pois estaríamos vivenciando agora uma efemeridade nas relações, acentuada pela construção de não-lugares dentro de uma sociedade-rede. No entanto, o autor se opõe a esta visão reiterando que a mundialização não se processa somente em função de uma homogeneidade, mas alimenta os localismos. Se não for isso, como explicar a força da identidade gaúcha que ainda se mantém coesa frente a tantas influências culturais?

Ao conceber a identidade como processual e relacional, Saquet (2011a, p. 83) afirma que existe “[...] uma sucessão de identidades que se cancelam e se desagregam, deixando traços-características materiais e imateriais no território”. Sendo assim, entendemos que, embora as identidades sejam constituídas a partir do contato com o outro, seja este outro um indivíduo ou um elemento cultural, essas passam a sofrer pequenas e constantes alterações no decorrer do tempo. Entretanto, as identidades não são dissolvidas no sentido de desaparecer ou sumir completamente. O que acontece é que embora haja mudanças (inclusive de ordem estrutural, como no processo de globalização), as identidades adquirem novos significados, mas não se findam.

Para Sack (1986), a territorialidade não se processa somente do ponto de vista estratégico estatal empresarial, mas no próprio cotidiano dos indivíduos, como por exemplo, quando delimitamos espaços e estabelecemos limites, ou na constituição de organizações sociais que obedecem a regimentos próprios, como são os CTGs. Para Saquet (2011b) a territorialidade remete a essas relações sociais que se encontram cristalizadas entre os sujeitos e entre estes e seus lugares. Entendemos assim que a territorialidade está invariavelmente vinculada aos processos sociais. Dessa forma, a apropriação do território vai resultar na materialização de diferentes formas de poder e controle, possibilitando a exclusão/restrrição dos indivíduos em determinadas áreas. Muitas vezes, esses limites do território e da territorialidade não se encontram visíveis, mas a existência de alguns signos possibilita que os indivíduos reconheçam a existência destes. Esses “muros” invisíveis que cercam o território não se restringem somente aos aspectos políticos e econômicos, mas são também de caráter cultural e simbólico. Portanto, todas as ações que condicionam o comportamento humano tornam-se passíveis de expressar uma territorialidade que vai estabelecer os limites entre aquilo que é “nosso” e aquilo que é do “outro”. Logo, a territorialidade expressa o poder e opera de forma multiescalar em diferentes territórios.

Quando pensamos em territorialidade, devemos considerar também que as ações e relações embutidas nessa apropriação se processam em redes, nós e malhas que interagem com outros sistemas, engendrando uma maior complexidade nessas relações. Os pequenos espaços nos quais desenvolvemos nossas atividades e nos relacionamos com a externalidade podem ser compreendidos como *microterritorialidades*, como denomina Heidrich (2009), e estão intimamente ligados ao sentimento de pertencimento ou estabelecimento de vínculos que refletirão na constituição de identidades, ou seja, formam-se a partir do vínculo entre ocupação e representação.

TRADIÇÃO E CULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Em nossa pesquisa, a escolha pelo estudo dos gaúchos em específico deve-se ao fato de que estes se constituem em um dos grupos sociais brasileiros que mais preservam o tradicionalismo. Percebemos na fala de vários migrantes gaúchos um sentimento saudosista, vinculado, sobretudo, aos aspectos da Revolução Farroupilha, que conferiu ao povo gaúcho uma identidade atrelada aos aspectos de coragem e superação. Cabe-nos, então, fornecer alguns indícios que colaboram com essa afirmativa. Inicialmente, vamos nos ater à formação do Rio Grande do Sul, que apresenta certas particularidades e já nos oferece alguns elementos

fundamentais na compreensão deste tão acentuado tradicionalismo gaúcho. Conforme nos explica Weber (2010, p. 20, grifo nosso):

[...] a formação cultural do Rio Grande do Sul resulta de um somatório de perfis, contribuições culturais, momentos históricos e criações - que buscaram preencher as lacunas de uma tradição. A influência trazida pela Europa ao Brasil – e conseqüentemente ao Rio Grande do Sul – se reflete em contribuições culturais inegáveis, **através dos portugueses, alemães, italianos, espanhóis**. Estes povos passaram a ocupar um território praticamente despovoado, com pouco ou nenhum auxílio do Império sequer para sua subsistência.

Soma-se a isso a ascendência castelhana, que conferiu uma fisionomia peculiar aos indivíduos deste estado, além da influência paulista e açoriana (ORNELLAS apud WEBER, 2010, p. 20). Segundo Rocha (2006), o termo *gaúcho*, historicamente, serve para designar o habitante do Rio Grande do Sul chamado de *guasco* e depois de *gaudério*. Weber (2010) aponta várias origens do termo, como por exemplo, originário de *el gauchos*, denominação utilizada para os camponeses uruguaios e argentinos, cujo significado é um povo sem-fronteira, pois viviam na região litorânea de três países: Brasil, Argentina e Uruguai. Inicialmente, o termo tinha conotação pejorativa, que segundo Saldanha (apud WEBER, 2010, p. 22), vinha do espanhol *gauches*, usado neste país para “[...] designar os vagabundos ou ladrões do campo que matam os touros-chimarrões, tiram-lhes o couro e vão vender ocultamente nas povoações”. Dentre os relatos de muitos viajantes estrangeiros que passaram catalogando as belezas do país, destacamos as observações do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, no século XIX, em sua viagem para o Rio Grande do Sul. Saint-Hilaire relata diversos aspectos do estado, desde a caracterização física até os aspectos comportamentais do povo gaúcho. Dentre as passagens, o francês destaca as festas e celebrações. Relatando uma noite chuvosa, do dia 7 de fevereiro de 1821, quando foi obrigado a se abrigar em uma fazenda, tece o seguinte comentário:

Esta manhã o alferes me perguntou se queria participar de seu almoço e me mandou trazer carne assada [...] Nesse almoço fornecia a farinha, pois o alferes não possuía sal nem farinha. Assim **eis um homem que apenas se nutre de carne [...] não tendo outro prazer além do fumo e do mate e é oficial da milícia [...]**. Limitar suas habilidades, a saber, montar a cavalo e seus costumes a comer carne é reduzi-lo à condição de indígenas e distanciá-los da civilização. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 110, grifo nosso)

Verificamos, portanto, que o gaúcho surge a partir do campo, onde o consumo da carne e do mate aparecem nas primeiras descrições e ainda permanecem nos dias de hoje. Saint-Hilaire (1999) também se mostra surpreso com a forma como as mulheres eram tratadas na sociedade sul-rio-grandense da época, já que quase nunca apareciam em locais onde comumente os homens se reuniam. Sobre esta sociedade machista, Souza (2013) destaca que o mito que se formou em torno da construção da figura do gaúcho emergiu a partir de características como virilidade, coragem, honradez, individualismo e companheirismo. Para o autor, essa

particularidade em excluir as mulheres ou então colocá-las em situação de subordinação faz com que a identidade gaúcha seja atípica, já que as mulheres são relegadas a um papel marginal, no qual o “poder macho” é reverenciado por intermédio das tradições.

Com relação à origem do culto às tradições gaúchas, Menasche (1993) nos lembra que, em 1868, um grupo de intelectuais e escritores fundou em Porto Alegre uma sociedade de letrados chamada Partenon Literário, que tinha por objetivo enaltecer a cultura regional. Nesta mesma conjuntura, temos a fundação, em 1898, do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, primeira agremiação tradicionalista. Esta valorização da cultura gaúcha caminha também em conjunto com a desmistificação daquela figura marginal anteriormente mencionada. Outra data emblemática para compreendermos o tradicionalismo gaúcho é o ano de 1948, quando estudantes secundários de Porto Alegre, originários de famílias de pequenos proprietários rurais, criaram o primeiro Centro de Tradições Gaúchas do país, denominado de 35 CTG, que remetia ao ano da Revolução Farroupilha, de 1835. Dentre as questões desse embate envolvendo uma onda separatista no estado, estavam as possíveis evasão de recursos do Sul para o Nordeste e a marginalização dos sulistas na política nacional.

Em 1954, já com a proliferação de CTGs pelo país, é realizado um congresso em Santa Maria-RS, onde foi apresentada a tese *O sentido e o valor do tradicionalismo*, de Luiz Carlos Barbosa Lessa (um dos estudantes fundadores do 35 CTG), que passa a ser um dos eixos principais que vão nortear a formação de um Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Neste contexto, pós-Segunda Guerra Mundial, a maior parte do Rio Grande do Sul já apresentava níveis altos de urbanização e industrialização, culminando com uma intensa mecanização, o que viria a contribuir para o êxodo rural, ou seja, o gaúcho tradicional fica sem o seu “campo”. Mesmo sendo um movimento originalmente estudantil, o tradicionalismo começa a crescer gradativamente e começa a ganhar a adesão de camadas mais populares da sociedade. Oliven (1983) nos explica que o tradicionalismo gaúcho começou a ganhar tamanha força que se estendeu ao aparelho estatal e, sob forte pressão MTG, foi criado o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, em 1974, com a finalidade de preservar a cultura gaúcha. Temos também a criação do Galpão Crioulo, em 1971, um anexo do Palácio Piratini, sede do governo, que serve para receber as autoridades com demonstrações da cultura tradicional gaúcha, além do tradicional desfile cívico da Semana Farroupilha, em 20 de setembro.

Dessa forma, concordamos com Oliven (1983, p. 80), que aponta todos esses fatores últimos relacionados à apropriação simbólica por parte do estado como uma ação ideológica, pois visa “[...] manter a massa rural e as camadas populares que migraram para a cidade em estado de submissão”. Outro ponto fundamental nesta discussão é a incorporação de valores ditos tradicionais por indivíduos que não fazem parte desta contextualização histórica, como o autor supracitado menciona o caso de jovens urbanos de classe média que passam a utilizar bombachas e tomar chimarrão, hábitos que estavam enraizados anteriormente somente ao meio rural.

Colaborando com essa questão, podemos apontar que vários CTGs no Paraná não foram fundados por gaúchos, mas por indivíduos que se identificam com a cultura gaúcha, ou seja, temos uma apropriação e disseminação da cultura por um grupo de indivíduos que sequer vivenciou estes costumes de seus antepassados, enquadrando-se naquilo que Hobsbawm e Ranger (1997) denominam de “invenção

das tradições”, refletindo a imposição de uma cultura alheia aos costumes de determinada sociedade. Esse “modismo” da cultura gaúcha, conforme aponta Oliven (1985), coloca em debate os verdadeiros valores tradicionais gaúchos e faz com que os tradicionalistas criem mecanismos de coerção cultural, ao estabelecer documentos rígidos que devem ser seguidos por todos os CTGs. Com isso, temos uma tentativa de manipulação deste aparelho simbólico a fim de preservar a cultura gaúcha, sem a interferência de externalidades. Conforme Lessa (1954, p. 4, grifo nosso) expõe na sua tese:

Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranquilidade na vida comum.

Portanto, o tradicionalismo gaúcho é encarado pelos seus simpatizantes como algo benéfico e que deve ser praticado, sobretudo às novas gerações, a fim de que os valores não se percam. Nesse sentido, os CTGs são considerados ambientes de socialização familiar, onde os pais podem trazer os filhos sem medo, como se este fosse um território à parte dos demais e, uma vez estando lá, somente os bons costumes e os valores éticos são praticados. A partir disso, podemos compreender o imaginário coletivo que muitos gaúchos carregam em si quando migram para outras regiões do país, pois acabam levando consigo essa ideologia de preservar a tradição em diversos territórios, de forma a reproduzir seus valores, tomando o cuidado de não serem influenciados por culturas alheias aos seus costumes.

O Brasil hoje possui cerca de 2200 CTGs espalhados por diversas regiões. Por razões óbvias, a região Sul é a que representa o maior número, ou seja, mais de 90% dos CTGs do país estão localizados nessa região. Dentre os três estados sulinos, o Paraná é o que menos possui CTGs (ver figura 1). Em um contexto histórico, o fluxo de migrantes gaúchos para o Paraná ocorreu posteriormente à migração gaúcha para Santa Catarina. Simon (2009) nos explica que entre as décadas de 1950 e 1960, a migração organizada dos gaúchos para o oeste do Paraná se processou de forma intensa. Geralmente, os gaúchos partiam em grupos com suas famílias, vizinhos e amigos.

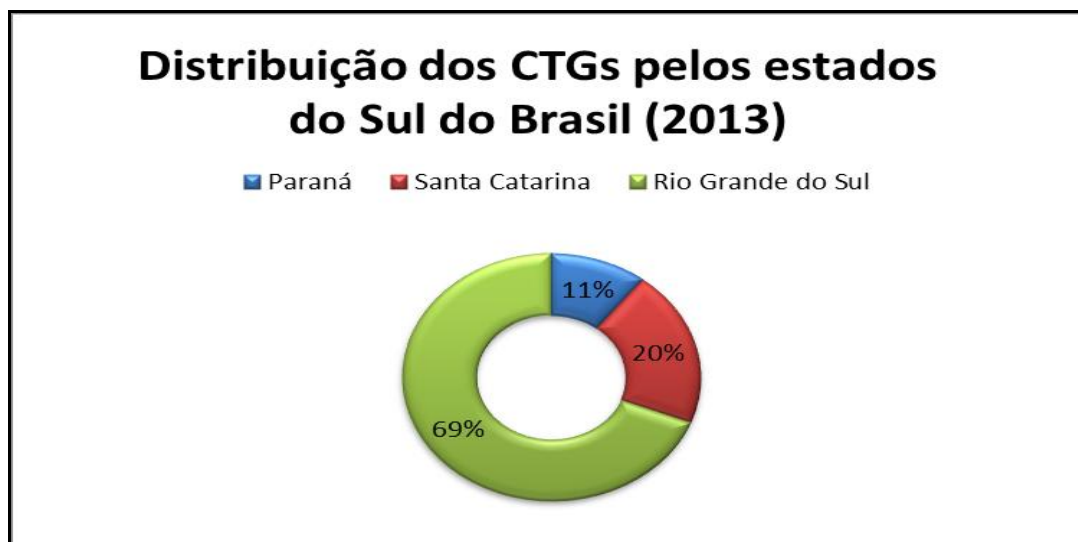


Figura1 - Distribuição dos CTGs pelos estados do Sul do Brasil (2013)

Fonte: Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (2014).

Elaborado por: Tatiana Colasante (2014)

Quando chegavam ao Paraná, buscavam a empresa colonizadora para adquirirem lotes em uma mesma área, onde geralmente trabalhavam em conjunto. Esse fluxo migratório para o oeste do Paraná se prolongou até o início da década de 1970. Depois disso, surgiram os chamados “gaúchos cansados”: filhos de gaúchos nascidos em Santa Catarina e no Paraná, cuja denominação refere-se ao fato de terem nascido durante as pausas que os pais faziam nas suas viagens quando estavam buscando terras.

O TERRITÓRIO GAÚCHO NO PARANÁ

Quando falamos em migração gaúcha, Haesbaert (1998) nos informa que a migração sulista inter-regional se inicia nas primeiras décadas do século XX, a partir da consolidação do processo de privatização das terras no Rio Grande do Sul. Neste mesmo contexto, Carini (2010) explica que existe um avanço da agricultura capitalista, acentuado pelo fracionamento de pequenas propriedades coloniais, o que resultou na desterritorialização do colono em detrimento à territorialização do capitalista arrendatário. Com isso, muitos colonos começaram a migrar, principalmente para o oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná. Destacamos a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) no ano 1943, em Vila Marrecas (atual Município de Francisco Beltrão, sudoeste do estado do Paraná), iniciativa do governo de Getúlio Vargas para estimular a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul para esta região, como explica Santos (1993). Com o estabelecimento de migrantes gaúchos no território paranaense, observa-se um estreitamento das redes de sociabilidade entre Rio Grande do Sul e Paraná, já que muitos migrantes atraíam outros que vinham para a região sudoeste do estado em busca de melhores condições de vida. Especificamente com relação à migração gaúcha para o norte do Paraná, os motivos ainda demandam uma maior acuidade; porém, já sabemos que não houve um fluxo direto incentivado por parte do estado, como houve com o sudoeste paranaense e, possivelmente, a vinda destes

migrantes ocorreu de forma isolada, a partir de escolhas particulares, principalmente por razões de oportunidade de trabalho.

Localizado no sul do Brasil, o estado do Paraná possui uma população aproximada de 10.500.000 habitantes (IBGE, 2010). Uma das características da ocupação territorial do estado é seu processo desigual e descontínuo entre as diferentes regiões. A divisão proposta pelo IBGE (2014, s/p) em mesorregiões busca agrupar regiões que possuem “[...] processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial”. Dessa forma, quando analisamos o Paraná, encontramos as seguintes mesorregiões: a Mesorregião do Centro Ocidental Paranaense; a Mesorregião do Centro Oriental Paranaense; a Mesorregião do Centro-Sul Paranaense; a Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense; a Mesorregião Metropolitana de Curitiba; a Mesorregião do Noroeste Paranaense; a Mesorregião do Norte Central Paranaense; a Mesorregião do Oeste Paranaense; a Mesorregião do Sudeste Paranaense e; a Mesorregião do Sudoeste Paranaense. Assim, verificamos que, com relação ao norte do Paraná, temos três Mesorregiões envolvidas: Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste. Esta ampla região norte é o foco da nossa pesquisa, tendo em vista a falta de pesquisas que analisem a dinâmica da rede gaúcha nessa região do estado.

De forma geral, quando analisamos a distribuição dos CTGs no Paraná, nota-se que a territorialização dos gaúchos pelo estado é bastante intensa e presente em todas as mesorregiões (ver figura 2). Evidentemente pelo histórico de ocupação territorial, percebemos que a mesorregião sudoeste é a que possui a maior concentração espacial dos CTGs, o que demonstra uma forte identidade territorial com a cultura gaúcha. Esta identidade foi formada a partir de um viés econômico e político por intermédio do incentivo à migração sulina para esta região do estado e ganhou novos contornos a partir da ampliação da rede regional, onde se estendeu às demais regiões, consolidando uma identidade territorial baseada não apenas nos aspectos econômicos e políticos como houve na mesorregião sudoeste, mas em função também do estreitamento das relações de sociabilidade que possibilitam o reavivamento das tradições gaúchas.

A existência de quase 40 CTGs no norte do Paraná nos fornece um indício de que esta região também comporta um número significativo de migrantes ou então que existem indivíduos que, mesmo nascidos no Paraná, identificam-se com estes valores culturais. Isso porque o CTG materializa-se no território como a expressão máxima da cultura gaúcha, no sentido de reiterar sua importância e coesão frente às demais territorialidades. Assim, interpretamos esses espaços como manifestações também de poder, pois indicam que, mesmo estando fora dos seus limites territoriais originais, os gaúchos ou simpatizantes reúnem-se nesses espaços, onde tentam resgatar a cultura campeira, através de festas e reuniões periódicas. Nem todos os CTGs estão filiados ao MTG, que possui várias sedes espalhadas pelo Brasil. Por isso, não é possível pensar nesses espaços de forma homogênea, pois as atividades que ocorrem em cada um deles dependem da reunião da diretoria que verifica a possibilidade e o interesse em desenvolver cada uma delas no decorrer de cada ano.

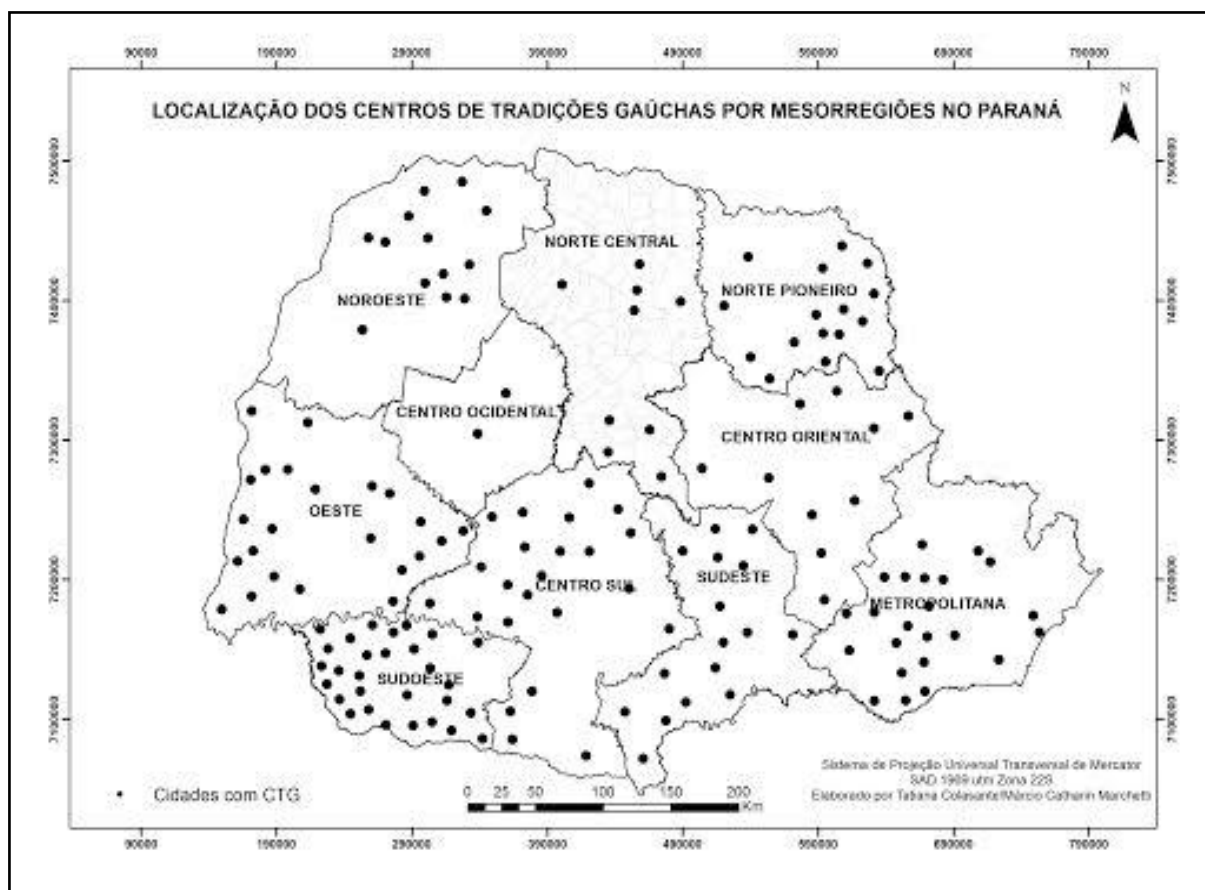


Figura 2 - Distribuição dos CTGs pelo estado do Paraná, por mesorregiões

Fonte: Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (2014).

Elaborado por: Tatiana Colasante e Márcio Catharin Marchetti (2014).

De acordo com o MTG, o CTG pode ser entendido como:

[...] uma sociedade civil, de fins não econômicos, com número ilimitado de sócios e estruturada, inclusive quanto ao simbolismo, de acordo com a forma adotada nas origens do movimento tradicionalista gaúcho, tendo como finalidade a aplicação, em seu âmbito associativo e na sua área de influência, dos princípios e objetivos, publicados na Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho. (PORTAL AMIGOS DA TRADIÇÃO, 2014,s/p)

Segundo este simbolismo, a estrutura administrativa dos Centros de Tradições Gaúchas obedece à seguinte nomenclatura: a Diretoria (*Patronagem*), o Conselho (*Conselho de Vaqueanos*) e os Departamentos (*Invernadas*). Os membros da *Patronagem* são denominados: *Patrão* (Presidente); *Capataz* (Vice-Presidente); *Sota-Capataz* (Secretário); *Agregado das Pilchas* (Tesoureiro) e *Agregado das Falas* (Orador). Os diretores das *Invernadas* são chamados *Posteiros* e os conselheiros chamam-se *Vaqueanos*. Os sócios efetivos do gênero masculino são denominados *Peões* e do gênero feminino *Prendas*. Já as reuniões são denominadas: a) *Charla*: Reunião administrativa, especialmente da *Patronagem*; b) *Chimarrão*: Reunião de confraternização dos sócios entre si e destes com a *Patronagem*, com a finalidade de prestação de contas; c) *Chimarrão Festivo*: Reunião parecida com a do

Chimarrão, mas acrescida de atividades artístico-culturais; d) *Ronda*: vigília cívica realizada diariamente durante as comemorações da Semana Farroupilha; e) *Fandango*: Baile com música regional gaúchesca, no qual só dançam pessoas tipicamente trajadas; f) *Lida*: Reunião de trabalho que pode ser geral ou abranger alguns setores, como Secretaria, Tesouraria ou Invernada (PORTAL AMIGOS DA TRADIÇÃO, 2014).

Com relação ao ano de 2014, o MTG-PR trouxe regulamentos específicos sobre atividades artísticas, campeiras, culturais e esportivas. As atividades artísticas deste ano ocorrem na forma de concurso entre os CTG's filiados ao MTG-PR, por intermédio de disputas que envolvem as seguintes modalidades: a) *Modalidade Danças Tradicionais, Birivas e Salão*; b) *Modalidade Chula*; c) *Modalidade Música e*; d) *Modalidade Causo e Declamação*. Todas essas atividades devem ser realizadas com indumentária típica que obedece a uma série de especificidades, de forma a manter o tradicionalismo. Importante destacar que o concurso que o MTG-PR propõe, cujas modalidades variam de provas individuais a coletivas, seguem a tradição não somente de demonstrar exclusivamente a cultura gaúcha, mas de promover também a cultura paranaense. Uma grande demonstração dessa integração interculturais é o próprio símbolo do MTG-PR, que contém uma menção à araucária, árvore-símbolo do Paraná (Figura 3).



Figura 3 - Símbolo do MTG-PR, com elementos da cultura paranaense

Fonte: MTG-PR (2014)

Com relação às atividades campeiras, o MTG-PR propôs a realização de provas de acordo com a faixa etária dos participantes e são as seguintes: a) *Laço Individual*; b) *Laço em Dupla*; c) *Laço em Equipe*; d) *Rédeas*; e) *Pealos*; f) *Prova do Chasque*; g) *Prova do Cepo*; h) *Gineteada*; i) *Cura do Terneiro*; j) *Vaca Parada*. As atividades culturais propostas pelo MTG-PR em 2014 referem-se ao Concurso de *Prendas e Peões Birivas* do Paraná, cujo objetivo é: “Escolher, bianualmente, dentre os candidatos, aqueles que melhor representam a virtude, a dignidade, a graça e as habilidades do homem e da mulher tradicionalista gaúcho paranaense” (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ, 2014, p. 1).

Por fim, nas atividades esportivas, podemos encontrar as seguintes modalidades: a) *Bolão Peão*; b) *Bolão Prenda*; c) *Bocha Campeira Peão* (de Potreiro); d) *Bocha Campeira Prenda* (de Potreiro); e) *Bocha Peão* (Cancha areia); f)

Bocha Prenda (Cancha areia); g) *Tava Equipe*; h) *Tava Individual*; i) *Truco*; j) *Canastra* (tranca); l) *Jogo de Bocha 48* (Dupla); m) *Jogo de Bocha 48* (Individual).

Quando analisamos o Estatuto do MTG-PR, encontramos alguns objetivos discordantes, quando ao mesmo tempo em que estão enfatizando a necessidade da criação de barreiras “[...] aos fatores e ideias alienígenas que nos vêm pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo”, encontramos também a ênfase na necessidade da aculturação, entendida como um contato entre duas culturas, nestes termos: “Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus dependentes, irmanados no espírito paranaense”. Essa questão, provavelmente, pode ser compreendida a partir da própria formação da identidade territorial, tão complexa quando trabalhamos com migrantes. Isso porque muitos gaúchos com os quais tivemos contato nos relataram ficarem divididos com relação a se sentirem gaúchos ou paranaenses, já que no Paraná acabaram constituindo família ou fazendo novos amigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os CTGs sejam espaços de poder e cultura, o território gaúcho no Paraná não deixa de incluir os elementos culturais desse povo que o acolheu. Dessa forma, é comum vermos tanto paranaenses que se identificam com a cultura gaúcha e vice-versa. Embora seja fácil encontrar elementos de cunho machista e até homofóbicos, em muitos documentos do MTG, como o destaque na questão da união homem/mulher, concebemos os CTGs como espaços privilegiados de socialização no sentido de possibilitar a convivência familiar e a possibilidade de que indivíduos que nunca tiveram contato com a cultura gaúcha possam assistir a algumas apresentações peculiares, que tanto significam para estes migrantes.

Identificamos uma forte ligação dos gaúchos com o Paraná, sobretudo na região norte, onde se concentra a pesquisa, pois muitos disseram que foram acolhidos de forma generosa pelos habitantes e não pensam em voltar para seus municípios de origem. Um fator interessante é que, embora não estejam fisicamente em seus municípios, muitos trazem o hábito do chimarrão e cultivam o hábito de ouvir música típica gaúcha. Dentre os que participam de CTGs, notamos que esta rotina vem do seu município de origem, já que os que não frequentavam esses espaços no RS acabam não participando dos CTGs paranaenses. Entretanto, aqueles que costumavam ir aos CTGs no RS, principalmente incentivados desde criança pelos familiares, trazem consigo esses valores e passam a frequentar os CTGs paranaenses.

Ressaltamos também a coesão dos elos identitários que unem esses indivíduos, que acabam se reunindo em outras ocasiões além das atividades dos CTGs, como por exemplo, em dias de jogo de futebol quando estão na disputa o Grêmio ou o Internacional. Além disso, notamos um grande tradicionalismo por parte dos gaúchos ao se diferenciarem entre si. Desse modo, para alguns dos entrevistados, não basta nascer no Rio Grande do Sul para ser um gaúcho. O ser gaúcho, segundo eles, envolve a prática e a difusão da cultura típica campeira e o envolvimento com os CTGs. Até o momento, a hipótese de que a presença de um grande número de gaúchos no norte-paranaense justificaria a construção de diversos CTGs por esta região do estado não foi consolidada, pois muitos dos que

foram entrevistados relataram que a maior parte dos gaúchos se encontra no sudoeste do Paraná. Fora isso, temos a construção de CTGs por paranaenses, o que não necessariamente indica que os gaúchos se encontram de forma expressiva numericamente.

REFERÊNCIAS

CARINI, Joel João. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, 2010.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRADIÇÃO GAÚCHA. **CTGS por UFs**. 2014. Disponível em: <http://www.cbtg.com.br/_sito/ctgs/mapa.php>. Acesso em 20 jan. 2014.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 2, n. 3, 2012, p. 523-545.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração 'gaúcha' no Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, n.4, p. 55-71, 1998.

HEIDRICH, A. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 271-290.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE. **Divisão Regional**. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm> Acesso em 18 ago. 2014.

_____. **Cidades**. Contagem da população 2010. Londrina-PR. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 ago. 2014.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **O sentido e o valor do tradicionalismo**. Santa Maria: Tese apresentada no 1º Congresso Tradicionalista, julho de 1954.

MENASCHE, Renata. **Gauchismo: tradição inventada**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 22-30, 1993.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ. **Regulamento Cultural MTG**. 2014. Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br>> Acesso em: 20 ago. 2014.

OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 1, 1985, p. 79-91.

PORTAL AMIGOS DA TRADIÇÃO. **Estrutura de um CTG**. 2014. Disponível em: <<http://www.amigosdatradicao.com.br/?pg=1&act=17>>. Acesso em: 01 set. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”** A Multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais; Seropédica, RJ, 2006.

SACK, Robert. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999.

SANTOS, José Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e Fronteiras: (re) arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011a, p. 33-50.

_____. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011b.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: Eliseu Savério Sposito (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: UNESP/FCT/GAsPERR, v., p. 35-51, 2005.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidades regionais: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia**. Londrina: Eduel, 2013.

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 112-127, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

WEBER, Eliana. **Políticas públicas de fortalecimento cultural do tradicionalismo gaúcho frente à fragmentação do sujeito na globalização**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, 2010.

Agradecimentos

A autora agradece à FAPESP (Proc. n^o. 2013/04634-4) pela bolsa de doutorado que permitiu a elaboração deste trabalho.

Artigo submetido em: 27/01/2015

Aceito para publicação em: 04/07/2015

Publicado em: 22/08/2012